

EXCLUSÃO SOCIAL E PARADIGMA DE MONDLANE

Carlos Serra

(Centro de Estudos Africanos)

1. Introdução

Quanto mais os anos passam mais tendência temos, alguns de nós, para telescopizar um certo Eduardo Mondlane, redesenhando-o nos limites estreitos de um simples artífice da unidade nacional¹. Este pequeno trabalho tenta recuperar o Mondlane das preocupações sociais, o Mondlane revolucionário que estava, aparentemente, longe de restringir a luta ao binómio clássico colonizador/colonizado. Mas antes, farei uma pequena incursão ao planeta-mundo de crescente exclusão social que é o nosso.

2. A nova Internacional

Este é um tempo de exclusão social, o tempo de uma outra Internacional, a do Capital.

To have lunch or to be lunch, afirmou o director de uma empresa norte-americana no limiar de um novo milénio no qual se prevê que bastarão dois décimos da população activa para manter a economia mundial².

¹ Para uma fascinante digressão pelas reconstituições biográficas, veja Simmel, Georg, *Les problèmes de la philosophie de l'histoire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1984, pp.100-116.

² Martin, Hans-Peter et Schumann, Harald, *Le piège de la mondialisation*. Paris: Solin/Actes Sud, 1997, p.12.

Nunca, como agora, a ideologia foi tão implacavelmente produzida no sentido de naturalizar e eternizar a ordem social e as categorias nas quais a pensamos e de eliminar as Báucias e os Filemos faustianos de todo o planeta.

Nunca, como agora, o homem foi tão profunda e universalmente apresentado como egoísta e jogador estratégico preocupado com os seus interesses, homem esse que Adam Smith pré-anunciou em 1776:

Não é da benevolência do carnicheiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da preocupação que eles têm com o seu próprio interesse. Nós não nos dirigimos à sua humanidade, mas ao seu amor-próprio, e nós nunca falamos das nossas próprias necessidades, mas das suas vantagens³.

A democracia representativa expressa pelo voto é um produto político iminente da ordem social burguesa.

A ordem social burguesa, individualista⁴ e dessacralizada, é periodicamente avaliada e robustecida pelo voto individual secreto, tão neutro e naturalizado quanto a mercadoria que, como uma mão invisível, une por todo o mundo indivíduos e solidariedades que se ignoram.

³ Smith, Adam, *Enquête sur la nature et les causes de la richesse des nations*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995, livre I-II, pp.15-16.

E, evidentemente, darwinista. A chamada modernidade, tão inócua e pudicamente tratada por muitos intelectuais e cientistas sociais, "esquece" frequentemente isso.

A ordem social burguesa é espalhada pelo mundo ou, melhor, é imposta a esse mundo através de uma santa trindade formada por guerras, mercadorias e informática.

Assim se formam no planeta as periferias produtoras de matérias-primas e, para tirar partido de uma expressão bem nossa, os *dumba-nengues* do Capital, asseguradas por “classes compradoras” que gerem, como no caso africano, Estados neo-patrimoniais⁵, privatizados, nos quais a cleptocracia e a ostentação da riqueza (mas, também, o senhorismo de guerra e a predação quando um grupo é excluído do acesso ao prebendialismo estatal) estão em interface com a miséria galopante dos deserdados para quem o informal e a criminalidade acabam por constituir, afinal, formas legítimas de protesto e de recomposição social.

É nisso que consiste, afinal, a globalização.

As instituições de Bretton Woods impõem aos povos empobrecidos das periferias não apenas o destino da produção barata de mercadorias e o quadro do Estado-mínimo (portanto, ablativo da previdência social), mas, especialmente, o colete de forças de uma democracia representativa cara que, sob o perfume dos votos periodicamente expressos, acaba, afinal, por sancionar as elites neo-patrimoniais.

⁵ Médard, Jean-François (dir), *États d'Afrique noire, Formations, mécanismes et crise*. Paris: Karthala, 1991, pp.323-353. Cf., também, Bayart, Jean-François, *L'État en Afrique, La politique du ventre*. Paris: Fayard, 1989; Bayart (Jean-François), Ellis (Stephen) et Hibou (Béatrice), *La criminalisation de l'État en Afrique*. Paris: Éditions Complexe, 1997.

Como escreveu alguém, às diversas formas de violência (opressão física e psicológica, fome, desemprego e pobreza) que assolam centenas de milhões de seres humanos, “não há doravante outras respostas julgadas legítimas do que a expressão pacífica das opiniões, do boletim de voto e da força da lei”⁶.

Na verdade, o Estado de direito e os votos escondem, muitas vezes, a adaptação astuta que um certo espírito apologista das “tradições”, do tipo “mobutista”, mas profundamente neopatrimonial, é capaz de efectuar.

Hoje vivemos mais uma crise capitalista.

Milhões de trabalhadores estão desempregados no Centro.

A economia real surge desconectada da economia financeira (de 1500 biliões de dólares de transacções financeiras mundiais, apenas 1% é consagrado à criação de novas riquezas)⁷, existem mais de 60 milhões de pobres nos Estados Unidos da América e mais de 50 milhões nos Estados da União Europeia. Nos EUA, 1% da população possui 39% da riqueza do país. À escala planetária, a fortuna das 358 pessoas mais ricas é superior ao rendimento anual de 45% dos habitantes mais pobres, ou seja, 2,6 biliões de pessoas⁸.

Mas tornemos o quadro ainda mais dramático e inquietante: as três pessoas mais ricas do mundo possuem uma fortuna superior à soma dos produtos internos brutos dos 48 países mais pobres, ou seja, o quarto da totalidade dos Estados do mundo. Se, em 1960, 20% da população mundial vivendo nos países mais ricos tinha um rendimento 30 vezes superior ao dos 20% dos países

⁶ Cassen, Bernard, Les “dix commandements” de la préférence citoyenne, in *Le Monde Diplomatique*, Mai 1998, p.10.

⁷ Ramonet, Ignacio, Besoin d'utopie, in *Le Monde...*, op.cit., p.8.

⁸ idem.

mais pobres, em 1995 esse rendimento era 82% superior. Em cada ano, morrem de fome 30 milhões de pessoas, enquanto 800 milhões sofrem de subalimentação crónica⁹.

3. *Mondlanizar* o Estado e a sociedade

Cerca de 60% da população moçambicana possui rendimentos mensais inferiores a 230 mil meticais. Dois terços vivem em estado de pobreza absoluta¹⁰.

Estamos, assim, confrontados com um fenómeno imponente de exclusão social, no preciso momento em que o partido no poder e os seus intelectuais orgânicos rendem homenagem às suas vitórias macroeconómicas e a riqueza mais extrema está à vista de todos.

Teríamos de saber como se conseguem essas vitórias macroeconómicas, teríamos de investigar a relação entre o Capital (que aflui rápido e voraz a Moçambique), os trabalhadores (cujo poder de compra diminui drasticamente) e os despedimentos (sempre em crescendo deste 1987).

Tenho para mim, por hipótese, que as vitórias macroeconómicas na área de exportação, por exemplo, têm muito a ver com a produção barata, com o penhor drástico do bem-estar social do presente e do futuro dos trabalhadores. É por isso que Moçambique aparece como um paraíso para os investimentos.

É neste momento que me parece fundamental recordar Mondlane.

Foi ele quem, melhor do que ninguém, enunciou no nosso país os termos da justiça social e, afinal, da democracia real: as

⁹ Ramonet, Ignacio, *Stratégies de la faim*, in *Le Monde Diplomatique*, Novembre 1998, Editorial, p. 1.

¹⁰PNUD, *Moçambique: relatório nacional do desenvolvimento humano 1998*. Maputo: 1998, p.81.

populações só estão dispostas a participar num projecto político se o Estado for um parceiro redistribuidor¹¹.

Na verdade, a Frelimo enfrentou nos anos 64/66, primeiros anos de luta armada, o seguinte problema, narrado por Mondlane:

*O vazio deixado pela destruição da situação colonial pôs um problema prático que nunca tinha sido considerado pelos chefes: o desaparecimento duma série de serviços inerentes à dominação portuguesa, especialmente serviços comerciais, enquanto o povo continuava a existir e a necessitar deles. A incapacidade da administração colonial deixava também muitas necessidades insatisfeitas, que continuavam a ser fortemente sentidas pelas populações. Assim, desde as primeiras vitórias de guerra, recaíam sobre a FRELIMO muitas e variadas responsabilidades administrativas. Uma população de 800 000 habitantes tinha de ser servida. Primeiro e acima de tudo, havia que satisfazer as suas necessidades materiais, assegurar abastecimentos alimentares, e outros artigos, como vestuário, sabão e fósforos; serviços de saúde e educação, sistemas administrativos e judiciais. Durante algum tempo, o problema foi agudo. Não estávamos preparados para o trabalho que tínhamos pela frente, e faltava-nos experiência na maioria dos campos em que necessitávamos dela. Nalgumas áreas, as carências eram muito sérias; e onde os camponeses não compreendiam as razões, retiravam o seu apoio à luta e, nalguns casos, partiam mesmo definitivamente.*¹²

¹¹ Mondlane, Eduardo, *Lutar por Moçambique*. 3a ed., Lisboa: Sá da Costa, 1977, p.185.

¹² Idem, ênfase minha.

Foi assim que, de forma exemplarmente simples e honesta, Mondlane formulou o essencial do pacto social.

Na verdade, não bastava ser guerrilheiro, não chegava a justeza da luta nacionalista.

Era, ainda e sobretudo, necessário que o jogo da vida social tivesse regras e mútuo ganho.

Entre as regras previstas por Mondlane, estavam as de uma sociedade livre da assimetria hoje galopante no país:

É impossível criar-se um Moçambique capitalista, seria ridículo o povo lutar para destruir a estrutura económica do inimigo e reconstruí-la a favor do inimigo. Seria ridículo, já o dissemos várias vezes¹³.

Nunca, como agora, os intelectuais e os cientistas sociais foram confrontados com o risco de terem de legitimar a assimetria social em nome da democracia.

Nunca, como agora, se falou tanto em alívio da pobreza e não na sua erradicação.

Nunca, como agora, na busca do *social-em-utopia*¹⁴, se tornou urgente *mondlanizar* o Estado e a sociedade¹⁵.

¹³ Entrevista dada a Aquino de Bragança em Argel, pouco depois do II Congresso da Frelimo em 1968 - veja Bragança, Aquino de e Wallerstein, Immanuel, *Quem é o inimigo (II)?, Os movimentos de libertação nacional*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978, p.201.

¹⁴Veja Serra, Carlos, "Globalização capitalista, ciências sociais, universidades africanas, produtores do social-em-utopia e paradigma de Mondlane", texto apresentado a 09/11/98 por ocasião do Dia da Universidade Africana, subordinado ao tema: "Revitalizando Universidades em África: Estratégias para o Século XXI".

¹⁵ Este é, claro, um propósito absolutamente normativo, estrangeiro às relações políticas de poder.